

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.001287/2022-15

2. Descrição da necessidade

2.1. Justifica-se a presente contratação pela necessidade de atender a demanda por serviços de chaveiro no Edifício Sede, Bloco "Q" e Anexo ao Bloco "O", Esplanada dos Ministérios, Ministério da Defesa.

2.2. Trata-se de serviço indispensável para manter a segurança e o bom funcionamento das atividades desenvolvidas neste Ministério, o Contrato em vigência atualmente, cuja data de expiração foi 22/07/2022, não podendo ser prorrogado devido a empresa atual estar impedida de licitar e contratar com os órgãos do Governo Federal até 24/08/2023 (4961848), cabe salientar que o serviço de chaveiro possui característica continuada, sendo necessidade permanente da Administração Pública, não podendo ser paralisado sob pena de prejuízo ao trânsito de funcionários e ao desenvolvimento das atividades fins do Órgão Público. O caráter continuado também se manifesta pelo fato de que o serviço de chaveiro não é passível de divisão ou segmentação ao longo do tempo, e sim posto à disposição de forma permanente, em regime de sobreaviso ou prontidão.

2.3. O serviço de chaveiro pode ser enquadrado na categoria de serviço comum, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Além do exposto, pode ser descrito por especificações gerais de conhecimento público, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Por fim, o serviço possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

2.4. Como se trata de atividade meio e não há funcionários no quadro de pessoal deste Ministério para desempenhar o mencionado serviço, torna-se necessária a contratação do mesmo na forma preconizada pelo Decreto nº 9.507/2018 e IN nº 05 /2017- MP, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, a execução indireta das atividades assessoriais instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Órgão.

2.5. O serviço a ser contratado não exige dedicação exclusiva de mão-de-obra dos trabalhadores da contratada, pois trata-se de serviço sob demanda, sendo desnecessária a presença contínua de um técnico especializado nas dependências do Ministério.

2.6. O serviço deverá ser executado por empresa que disponha de mão de obra especializada, com a utilização de peças originais e equipamentos específicos, visando à realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho deste Ministério.

2.7. A contratação adotará o regime de execução de empreitada por preço unitário, pois não é possível conhecer antemão a quantidade dos serviços que serão requisitados ao longo da vigência do contrato. Desta forma, tão somente serão pagos os serviços efetivamente unitizados, minimizando os riscos para a Administração.

2.8. A adjudicação deverá ser por menor preço global do lote único pois se trata de objeto indivisível de serviços de chaveiro. Verifica-se que, os itens possuem baixo valor total e a adjudicação por lote estimula a participação no certame, tornando-o mais atrativo, bem como proporciona ganho de escala sobre o valor global, atendendo-se aos princípios da economicidade e da competitividade. Além do exposto, “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” - Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Engenharia e Manutenção – COEMA	Responsável: Maurício Diniz Barbosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de um **serviço de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra** em regime de dedicação exclusiva.

4.2. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange contratação de empresa especializada na prestação de **serviço de chaveiro**, no Edifício Sede, Bloco "Q" e Anexo ao Bloco "O", para tender as necessidades deste Ministério da Defesa – MD.

4.3. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

4.4. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.4.1. A execução dos serviços objeto deste certame poderá ser solicitada em qualquer época, dentro do período de vigência do Contrato.

4.4.2 A empresa atenderá aos pedidos considerados de rotina, no prazo máximo de 6h (seis) horas, a contar do recebimento da solicitação da Contratante;

4.4.3. A solicitação poderá ser feita via correspondência eletrônica, contato telefônico ou Ordem de Serviço assinada entre as partes.

4.4.4. Os pedidos solicitados em caráter de urgência ou emergenciais deverão ser atendidos no prazo máximo de 4h (quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação da Contratante;

4.4.5. Os serviços serão executados pela empresa adjudicada, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

4.4.6. A Contratante não fica obrigada a executar os serviços na totalidade do valor e quantidade estimados, pois o modelo de execução do contrato é a empreitada por preço unitário.

4.5. Requisitos internos funcionais

4.5.1. São requisitos intrínsecos para o objetivo da presente contratação que devam atender os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da celeridade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia de modo que possa garantir a efetividade no certame.

4.6. Estimativa das quantidades

4.6.1. De acordo com o art. 15, § 7º e inciso II da Lei nº 8.666/1993, as definições das quantidades a serem adquiridas em razão da previsão do consumo ou utilização dos bens ou serviços a serem contratados por esta Administração, foram baseadas no histórico de consumo e utilização (subitem 7.1) e necessidades da área demandante (item 2).

4.7. Mecanismos de controle

4.7.1. De acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. ” Desta forma o controle interno será realizado pelos fiscais de contrato da Administração Pública que atuam na estrutura do Ministério da Defesa utilizando mecanismos de controle adequados para a situação.

4.8. Do fornecedor

4.8.1. As obrigações da CONTRATADA estão previstas no Termo de Referência e Edital.

4.9. Dos serviços

4.9.1. Trata-se de serviços comuns a serem contratados mediante Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 10.520/2002.

4.9.2. Os serviços a serem contratados são comuns de acordo com o Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

4.10. Requisitos legais para o atendimento da necessidade:

4.10.1. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.10.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.10.3. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020. Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP; e

4.10.4. Atos normativos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição - agosto/2022.

4.11. Requisitos ambientais, Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.11.1. Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição - agosto/2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Inicialmente é importante ressaltar que o serviço de chaveiro que este Ministério pretender contratar, é bastante comum no mercado Nacional, havendo diversas Licitações e empresas que atuam na área, conforme minudenciado a seguir.

5.1.1. Tendo em vista o exposto, e ressaltando que as análises das possíveis alternativas para a solução do objeto em pauta e obtenção do resultado esperado é a celebração do certame que se faz necessária. Deste modo, esta Equipe de Planejamento de Aquisições verifica que a empresa CONTRATADA por meio deste processo, com a capacidade técnica, jurídica, regularidade fiscal e econômico-financeira devidamente comprovada e aprovada dentro dos critérios legais para habilitação, oferece a possibilidade da maior vantajosidade para este Ministério da Defesa - MD.

5.2. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada pela Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA), esta Equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs em anos anteriores.

5.3. Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração:

5.3.1. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (COMPASNET) do Ministério da Economia, acessado em 15 de julho de 2022, às 10h15min (horário de Brasília/DF) no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a **contratação do serviço solicitado**, através da realização de Pregões Eletrônicos como pode ser observado no quadro abaixo, que contém itens com características correlatas ao pretendido neste instrumento:

5.3.2. Ata – Consulta Atas de Registro de Preços;

Serviço: 5436 – Chaveiro

Períodos Pesquisados: 01/06/2021 à 01/06/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADOR	PREGÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
41 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Pregão 00058 /2021	21/07/2021 21/07/2022
2- COMANDO DA AERONAUTICA	120623 - BASE AÉREA DOS AFONSOS	Pregão 00067 /2020	09/09/2021 09/09/2022
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160089 - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS-MEX/DF	Pregão 00003 /2021	21/06/2021 21/06/2022

5.3.3. Demonstrações de não exclusividade das empresas atuando neste mercado:

5.3.3.1. UASG: 153079 – NIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA/ Pregão: 00058/2021.

CNPJ	EMPRESA
36.356.817/0001-44	A. ANTONIO REDONDO CHAVEIRO
79.761.672/0001-70	LEONIR JOAO PECHER

5.3.4. Da análise das contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, certifica-se em observância ao Estudo Técnico Preliminar e ao Termo de Referência que **não** foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhorar e atender às necessidades e resultados pretendidos desta Administração, ainda, a ampla participação do mercado na futura licitação.

5.4. Realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coletar contribuições:

5.4.1. Para o presente processo não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições, haja em vista que a **presente contratação se trata de serviço comum**, de acordo com Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002.

5.4.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita, em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este objeto, a solução abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **chaveiro no edifício Sede, Bloco "Q" e Anexo ao Bloco "O"**, para atender as necessidades deste Ministério da Defesa - MD.

6.2. A presente contratação será realizada por meio de um pregão eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência – **serviços continuados sem a dedicação exclusiva de mão de obra** atualização julho 2021, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

6.3. Qualificação Técnica

6.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.3.2.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10., do Anexo VII-A, da IN SEGES /MP nº 5/2117.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN 40 /2020, estão previstos no histórico quantitativo nos anos de 2019 a 2021, conforme tabela abaixo:

HISTÓRICO DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD. A LICITAR 2022	QTD. ADQUIRIDA 2019	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ESTOQUE 2022
01	Cópia de chave modelo simples	515	520	513	513	00
02	Cópia de chave modelo tetra	15	35	27	27	00
03	Cópia de chave de automóvel	03	02	02	02	00
04	Modelagem de chave para portas e móveis	115	163	145	145	00
05	Modelagem de chave tetra	04	02	02	02	00
06	Conserto de fechadura simples	25	35	29	29	00
07	Conserto de fechadura tetra	05	04	04	04	00
08	Troca de segredo de fechadura de porta e móveis	08	08	07	07	00
09	Abertura de fechadura de porta e móveis	40	62	90	90	00

10	Abertura de cofre no segredo ou na chave	04	2	03	03	00
11	Abertura de cofre digital	04	2	03	03	00
12	Modelagem de fechadura mesa/arquivo	25	20	30	30	00
13	Abertura de fechadura mesa/arquivo	30	20	53	53	00
14	Cópia de chave para fechadura de aço	180	144	159	159	00
15	Modelagem de chave para fechadura de aço	60	81	75	75	00
16	Conserto de fechadura de aço	06	62	04	04	00
17	Cópia de fechadura para porta Blindex	20	20	10	10	00
18	Modelagem de chave para fechadura de porta Blindex	10	20	09	09	00
19	Conserto de fechadura para porta Blindex	10	10	13	13	00
20	Abertura de cofre fechadura multiponto	03	00	00	00	00
21	Cópia de chave Gorje	05	00	00	00	00
22	Troca de cilindro de fechadura de móveis (armário e gavetas) com fornecimento de 2 chaves	20	00	00	00	00

Observação: Os itens 20, 21 e 22 foram inseridos devido a ocorrência de demanda pelos serviços no ano de 2021 e 2022, ocasionando a aquisição por processos individualizados.

7.2. Em observância ao disposto no **Art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93**, as quantidades a serem contratadas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida, a partir de fatos concretos e solicitações formalizadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 27.166,32

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR MAX. ACEITÁVEL

1	Serviços de chaveiro.	5436	Und	1	R\$ 27.166,32
VALOR TOTAL MÁXIMO					R\$ 27.166,32

8.2. O valor máximo aceitável é de R\$ 27.166,32 (vinte e sete mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), será o valor final resultante do Mapa Comparativo dos Preços (5397940) e posterior Análise Crítica dos Preços (5398204), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), não se faz necessário, uma vez que as divulgações dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A adoção da contratação em empreitada por preço unitário no presente certame licitatório, justifica-se de forma fundamentada, em que a sua adoção se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões como: eficiências técnicas, logísticas, operacional, finalístico, econômicas e tende a proporcionar uma contratação sem a incoerência da padronização do serviço a ser contratado.

9.2. A vantajosidade dar-se pela possibilidade técnica, logística, operacional, finalístico e economicamente viáveis, não culminando na elevação do custo da contratação por prejuízo individual do objeto, tampouco comprometer a sua perfeita integridade, tendo em vista que a sua divisão pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosas não assegurando a economia processual para a Administração.

9.3. Cabe ressaltar que os serviços solicitados estão em plena consonância com a prática do mercado e serão realizados todos no mesmo local.

9.4. Enquadra-se conjuntamente, o princípio da economicidade que vem expressamente previstos no art. 70º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro 1988. Uma vez que a união da qualidade, celeridade e menor custo propicia um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo despesas administrativas, além da economicidade de tempo e agilidade na contratação.

9.5. A economia de escala que aplicada na execução de determinado empreendimento, implicaria em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

9.6. Os serviço de chaveiros devem fazer parte da mesma linha do Fornecedor, de forma a compor um conjunto harmonioso, haja visto que o gerenciamento e controle total pela a Administração, traz uma maior interação em todas as fases do certame, tendo como objetivos, padronização, logística, cronograma estabelecido e na observância de prazos, desta forma, a responsabilidade da execução dos serviços, concentra ainda mais as garantias dos resultados.

9.7. O preço ofertado final que integra o presente certame deve ser compatível com o valor estimado para a respectiva contratação, não podendo ultrapassar o valor constatado pelo Mapa Comparativo de Preços (5397940).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de **serviço de chaveiro no Edifício Sede, Bloco "Q" e Anexo ao Bloco "O"**, visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa – MD

10.2. Como contratação correlata há o processo 60585.000878/2020-03, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2020.

10.3. Desse modo, o presente processo tem como base o processo supracitado, visando à continuidade, o aperfeiçoamento e o êxito das contratações futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, dispõe que durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.1.1. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.2. O serviço a ser contratado consta no item **nº 928 do PCA 2022**, no valor de **R\$ 27.166,32 (vinte e sete mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a contratação de empresa especializada na prestação de **serviço de chaveiro no Edifício Sede, Bloco "Q" e Anexo ao Bloco "O"**, visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa – MD.

12.1.1. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da contratação, conforme previsto no item **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** deste instrumento; e

12.1.2. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável efetivamente foi relatado nos subitens **4.11. REQUISITOS AMBIENTAIS**.

12.2. Vantagens e economicidade para a Administração:

12.2.1. **Vantagem:** Atender às necessidades deste Ministério, conforme minudenciado neste instrumento;

12.2.2. **Economicidade:** Dar-se-á com a possibilidade de realizar a contratação com valor inferior à pesquisa de preço realizada pelo Mapa Comparativo de Preços (5397940); e

12.3. Do exposto, de forma objetiva, esta administração objetiva contratar os serviços que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. Essas atitudes preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas a diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviços comuns.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição - agosto/2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade para a contratação de empresa especializada na prestação de **serviço de chaveiro no Edifício Sede, Bloco "Q" e Anexo ao Bloco "O"**, visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa – MD, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 3356, de 15 de junho de 2022 (5196798), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 25, de 24 de junho de 2022 (5194122) e Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4202, de 8 de agosto de 2022 (5427356), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 32, de 12 de agosto de 2022 (5421284), designando a Equipe de Planejamento da contratação conforme segue:

I - Na condição de integrante requisitante: SC MAURÍCIO DINIZ BARBOSA, CPF: ***.603.781-**, lotado na Coordenação de Engenharia e Manutenção - COEMA/DESE;

II - Na condição de integrante técnico: ST SANDRO LUIZ MUNHOZ SILVEIRA CPF: ***.660.320-**, lotado na Coordenação de Engenharia e Manutenção - COEMA/DESEG.; e

III - Na condição de integrante administrativo: 1ª Ten (EB) LUCIVAL DA SILVA CASTRO, CPF ***.562.452-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).

16. Responsáveis

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA

Coordenador de Engenharia e Manutenção

SANDRO LUIZ MUNHOZ SILVEIRA

Supervisor da Coordenação de Engenharia e Manutenção

LUCIVAL DA SILVA CASTRO

Assessor de Planejamento e Aquisições

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (314.82 KB)

Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1. RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:

1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).

1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).

1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.

1.2. Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3. Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4. Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5. Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6. A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2. POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	(___) Baixa	(_X_) Média	(___) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Médio	(_X_) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41º, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 2			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta

Id	Dano	
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e Coordenação de Licitação (COLIC).

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 3			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da	Assessoria de Planejamento de	

	Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021	Aquisições (ASPLAQ).
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	Coordenação de Licitação (COLIC).

Analisado:

LUCIVAL DA SILVA CASTRO - 1º Ten (EB)
Integrante Administrativo